



LIGHT ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 01.917.818/0001-36
NIRE Nº 33.3.0016560-6
Subsidiária Integral Light S.A.

CERTIDÃO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LIGHT ENERGIA S.A. (“Companhia”) REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2016, LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO.

1. Data, hora e local: 28 de outubro de 2016, às 16h30min, mediante conferência telefônica.

2. Presentes: Os Conselheiros efetivos Nelson José Hubner Moreira, Presidente da Mesa, Marcelo Pedreira de Oliveira, Sérgio Gomes Malta, Marcello Lignani Siqueira, Ana Marta Horta Veloso, Carlos Alberto da Cruz, e o Conselheiro Suplente em exercício César Vaz de Melo Fernandes. Compareceram, também, à reunião, sem, contudo, participarem das votações, os Conselheiros suplentes Samy Kopit Moscovitch, Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior, Magno dos Santos Filho, e, ainda, o Diretor da Companhia Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes e a advogada Paula Regina Novello Cury, convidada para secretariar os trabalhos.

3. Ordem do Dia: apreciar e deliberar sobre **(i)** a 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória adicional, a ser realizada pela Companhia, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476” e “Oferta Restrita”, respectivamente); **(ii)** a delegação de poderes à Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, a tomar todas as providências e assinar todos os documentos necessários à formalização da Emissão e da Oferta Restrita, inclusive, mas não limitado à **(a)** contratação de instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários para a realização da Oferta Restrita, quais sejam, o Banco Original S.A, na qualidade de instituição intermediária líder (“Coordenador Líder”) e o Banco BBM S.A. (“BBM” e, em conjunto com o Coordenador Líder, os “Coordenadores”), mediante a celebração do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Melhores Esforços e Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da 4ª Emissão da Light Energia S.A.”, a ser celebrado entre a Companhia e os Coordenadores (“Contrato de Colocação”); **(b)** contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao escriturador (“Escriturador”), banco liquidante (“Banco Liquidante”), agente fiduciário (“Agente Fiduciário”) e assessores legais (em conjunto, “Prestadores de Serviço”); **(c)** discussão, negociação, definição dos termos das Debêntures e da Emissão bem como a celebração, pela Companhia, no âmbito da Emissão, de escritura de emissão de Debêntures e seu aditamento em caso de cancelamento do saldo de Debêntures não colocado no âmbito da Oferta Restrita e demais documentos necessários à Emissão e à Oferta Restrita; bem como **(d)** todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão, além da prática de

todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Restrita; e **(iii)** a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta Restrita.

4. Deliberações: por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, os acionistas da Companhia:

(i) aprovaram a realização da Emissão, a qual terá as seguintes características e condições:

- (a) Número da Emissão:** a Emissão constitui a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Companhia;
- (b) Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 16 de novembro de 2016 ("Data de Emissão");
- (c) Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única;
- (d) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão, observada a possibilidade de distribuição parcial, conforme disposto no item (i) abaixo;
- (e) Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário");
- (f) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures, observada a possibilidade de distribuição parcial, conforme disposto no item (i) abaixo;
- (g) Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira:** as Debêntures serão depositadas para **(i)** distribuição primária através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e **(ii)** negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 - Módulo de Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, observadas as restrições a serem detalhadas no "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Light Energia S.A.*" ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário (conforme abaixo definido) e a Light S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, nº 168, parte, 2º andar, Corredor A, Centro, CEP 20080-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.378.521/0001-75 ("Fiadora");
- (h) Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação para 86.000 (oitenta e seis mil) Debêntures ("Quantidade Mínima da Emissão"), totalizando o montante de R\$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de reais), e sob o regime de melhores esforços de colocação para 14.000 (quatorze mil) Debêntures, totalizando R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), com intermediação

dos Coordenadores, conforme os termos e condições do Contrato de Colocação a ser celebrado entre os Coordenadores e a Companhia;

- (i) **Distribuição Parcial:** Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos do artigo 30, parágrafo 2º, da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e do artigo 5-A da Instrução CVM 476, desde que haja colocação da Quantidade Mínima da Emissão. Caso não haja colocação da Quantidade Mínima da Emissão, a Oferta Restrita será cancelada e os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão os montantes utilizados na referida integralização sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes, e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data em que tenha sido verificado que a Quantidade Mínima da Emissão não foi atingida, observado que, com relação às Debêntures custodiadas na CETIP, o resgate será realizado de acordo com os procedimentos da CETIP. Caso haja colocação igual ou superior à Quantidade Mínima da Emissão, eventual saldo de Debêntures não colocado no âmbito da Oferta Restrita será cancelado pela Companhia por meio de aditamento a Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Companhia ou de realização de assembleia geral de Debenturistas;
- (j) **Destinação dos Recursos:** os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente destinados ao reforço de caixa e capital de giro da Companhia;
- (k) **Conversibilidade:** as Debêntures serão simples, não sendo, portanto, conversíveis em ações de emissão da Companhia;
- (l) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), com garantia adicional fidejussória;
- (m) **Prazo de Subscrição:** as Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas a qualquer tempo, a partir do início da distribuição, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação;
- (n) **Preço de Subscrição:** o preço de subscrição das Debêntures será (i) pelo seu Valor Nominal Unitário na data da primeira subscrição e integralização ("Data da Primeira Integralização"); ou (ii) pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização das Debêntures até a data em que ocorrer a respectiva subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Integralização");
- (o) **Integralização e Forma de Pagamento:** as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição de acordo com os procedimentos aplicáveis da CETIP;
- (p) **Prazo e Data de Vencimento:** observado o disposto na Escritura de Emissão, o vencimento das Debêntures ocorrerá após 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, ou seja, em 16 de novembro de 2017 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Companhia obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido) das Debêntures, calculada na forma prevista na Escritura de Emissão;

- (q) Atualização Monetária do Valor Nominal:** não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures;
- (r) Remuneração das Debêntures:** as Debêntures farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de uma sobretaxa ou spread de 4,00% (quatro inteiros por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Remuneração”). A Remuneração das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração (conforme abaixo definido) das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento, de acordo com fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão;
- (s) Data de Pagamento da Remuneração:** a Remuneração das Debêntures será paga trimestralmente, a contar da Data de Emissão, no dia 16 dos meses de fevereiro, maio, agosto e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 16 de fevereiro de 2017 e o último na Data de Vencimento (“Data de Pagamento de Remuneração”);
- (t) Amortização Programada:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas trimestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 16 de maio de 2017 e o último na Data de Vencimento, conforme cronograma de pagamento abaixo indicado, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures em decorrência da indisponibilidade da Taxa DI, ou vencimento antecipado das Debêntures:

Parcela	Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures	Percentual do Valor Nominal Unitário de Emissão a ser Amortizado
1ª	16 de maio de 2017	33,3333%
2ª	16 de agosto de 2017	33,3333%
3ª	16 de novembro de 2017	33,3334%

- (u) Local de Pagamento:** os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados **(i)** utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou **(ii)** na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, **(a)** na sede da Companhia; ou **(b)** conforme o caso, de acordo com os procedimentos adotados pelo Escriturador;
- (v) Encargos Moratórios:** ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia e/ou pela Fiadora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos ficarão sujeitos, sem prejuízo do pagamento da Remuneração, a (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do

inadimplemento até a data do efetivo pagamento dos débitos em atraso, à taxa de 1% (um inteiro por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

- (w) **Repactuação:** não haverá repactuação das Debêntures;
- (x) **Resgate Antecipado e Amortização Extraordinária:** não será admitido o resgate antecipado facultativo das Debêntures, seja total ou parcial, ou a amortização antecipada facultativa das Debêntures;
- (y) **Aquisição Facultativa:** é facultado à Companhia, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76 (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM à época. As Debêntures objeto deste procedimento poderão, a exclusivo critério da Companhia (1) ser canceladas, (2) permanecer em tesouraria da Companhia; ou (3) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures;
- (z) **Garantia Fidejussória:** para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas na Escritura de Emissão pela Companhia, a Fiadora prestará garantia fidejussória na forma de fiança (“Fiança”) em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Companhia, por todos os valores devidos nos termos na Escritura de Emissão de Emissão, até o resgate integral das Debêntures, conforme os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, observado o disposto no artigo 397 do Código Civil;
- (aa) **Vencimento Antecipado Automático:** o Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Companhia, declarar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência da ocorrência das hipóteses abaixo, antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Companhia referentes às Debêntures, sempre respeitados os prazos de cura específicos determinados nos itens abaixo, e exigir da Companhia, mediante envio de notificação nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o pagamento em até 1 (um) Dia Útil, contado do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia, do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos na Escritura de Emissão de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:
 - (i) inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento;
 - (ii) (1) cessação das atividades empresariais pela Companhia e/ou Fiadora, ou adoção de medidas voltadas à sua respectiva liquidação, dissolução ou extinção, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de

uma operação societária que não constitua um evento de vencimento antecipado nos termos dos incisos (xiii) e (xiv) do item (bb) abaixo; (2) decretação de falência da Companhia ou da Fiadora; (3) pedido de autofalência formulado pela Companhia ou pela Fiadora; (4) pedido de falência da Companhia ou da Fiadora, formulado por terceiros e não elidido no prazo legal através do depósito judicial e/ou contestação, comprovando falsidade de título, prescrição, nulidade de obrigação ou de título, pagamento da dívida, qualquer outro fato ou teses de defesa a serem alegadas, conforme previsto na legislação, que extinga ou suspenda obrigação ou não legitime a cobrança de título, vício em protesto ou em seu instrumento; (5) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia ou da Fiadora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (6) qualquer evento análogo que caracterize comprovado estado de insolvência da Companhia ou da Fiadora, nos termos da legislação aplicável;

- (iii) transformação do tipo societário da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- (iv) alteração do objeto social da Companhia e/ou da Fiadora, de forma que (1) a Companhia deixe de atuar preponderantemente no setor de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica; ou (2) a Fiadora deixe de ter como objeto principal a participação em sociedades que atuem na geração, distribuição e/ou comercialização de energia elétrica;
- (v) perda, caducidade, cassação definitiva, encampação, extinção da concessão, licença e/ou autorização, conforme aplicável, ou término, por qualquer motivo, de quaisquer contratos de concessão, outorgados à Companhia para explorar regularmente atividades relacionadas à geração e transmissão de energia;
- (vi) intervenção do poder concedente na concessão outorgada à Companhia para explorar atividades relacionadas à geração e transmissão de energia decorrente de fatos relacionados à sua capacidade econômica;
- (vii) a Companhia deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- (viii) se a Escritura de Emissão ou qualquer uma de suas disposições relevantes for revogada, anulada, rescindida, se tornarem nulas, inválidas, inexequíveis ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor, sem que tal fato não seja remediado pela Companhia e/ou Fiadora no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de ciência, sendo que a referida remediação deverá ser aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (ix) questionamento judicial, por qualquer terceiro, das Debêntures, com relação ao qual a Companhia e/ou a Fiadora não tenham tomado as medidas necessárias para contestar referido questionamento no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Companhia e/ou a Fiadora tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial;

- (x) decisão judicial que declare a invalidade, nulidade ou inexecuibilidade da Escritura de Emissão; e
 - (xi) descumprimento da obrigação relacionada à destinação dos recursos captados por meio das Debêntures conforme estabelecido na Escritura de Emissão.
- (bb) Vencimento Antecipado Mediante Assembleia Geral de Debenturistas:** o Agente Fiduciário (ou outro participante elegível, nos termos da Escritura de Emissão) deverá convocar assembleia de Debenturistas, a se realizar no prazo a ser estabelecido na Escritura de Emissão, e comunicar a Companhia, em até 2 (dois) dias úteis após tomar ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar (1) a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Companhia referentes às Debêntures, ou (2) tomar quaisquer outras providências necessárias, na ciência da ocorrência das hipóteses previstas abaixo:
- (i) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no estatuto social da Companhia que não tenham sido declarados até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, caso a Companhia esteja em mora em relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
 - (ii) alteração ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia ou da Fiadora, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404/76, exceto nas hipóteses em que (1) os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação tenham aprovado previamente em assembleia de Debenturistas; (2) exclusivamente no caso da Fiadora, após anunciada ou ocorrida referida alteração ou transferência de controle acionário, a classificação de risco (rating) atribuída na Data de Emissão à Fiadora pela agência de classificação de risco não seja objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco; e (3) não haja a saída da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG do bloco de controle da Fiadora ou do controle indireto da Companhia;
 - (iii) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, confiscar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia e/ou da Fiadora, que impossibilite a manutenção do curso ordinário de seus negócios;
 - (iv) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Fiadora na Escritura de Emissão sejam falsas, incompletas, inconsistentes ou incorretas, sem que a declaração falsa, incompleta, inconsistente ou incorreta seja devidamente corrigida e/ou completada e/ou justificada pela Companhia e/ou pela Fiadora no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua ciência pela Companhia e/ou Fiadora;
 - (v) não manutenção, pela Companhia, de seguro para seus ativos operacionais relevantes, conforme as melhores práticas correntes em

seus mercados de atuação, não sanado no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do respectivo inadimplemento;

- (vi) realização, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu estatuto social ou contrato social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (vii) descumprimento, pela Companhia ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária a ser prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de cura estipulado para a respectiva obrigação, ou na sua ausência, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados de sua ocorrência;
- (viii) realização, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer ato em desacordo com a Escritura de Emissão ou com qualquer outro documento relacionado à Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas em tais documentos;
- (ix) não observância, pela Fiadora, por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 4 (quatro) intercalados, de qualquer dos índices financeiros abaixo, a serem apurados pela Fiadora e acompanhados pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativas a cada trimestre do ano civil, a partir, inclusive, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016: **(a)** do índice financeiro decorrente do quociente da divisão do total da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos); **(b)** do índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Bruto, que deverá ser igual ou superior a 2,00 (dois inteiros).

Sendo que:

Dívida Líquida: Corresponde à Dívida deduzida de Caixa e Equivalentes de Caixa e de Investimentos.

Dívida: Somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Fiadora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como securitização de direitos creditórios/recebíveis da Fiadora e o diferencial por operações como derivativos, incluindo dívidas relacionadas a fundo e/ou plano de pensão.

Caixa e Equivalente de Caixa: Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento em até 3 (três) meses e sem perda significativa de valor. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

Investimentos: Aplicações financeiras com vencimento superior a 3 (três) meses e/ou que tenham restrições de resgate, não sendo caracterizadas como de liquidez imediata pela Fiadora, sendo as aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de resultado.

EBITDA: Com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativa aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anterior, ou no *press release* respectivo, o Lucro Líquido (i) acrescido, desde que deduzido do cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (a) despesas de impostos sobre o Lucro Líquido, (b) Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos, (c) despesa de amortização e depreciação, (d) perdas extraordinárias e não recorrentes, (e) ajustes positivos e negativos da CVA – Conta de Ajustes das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional, e (f) outros itens operacionais que não configurem saída de caixa e que reduzam o Lucro Líquido; e (ii) decrescido, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade de (a) receitas financeiras, (b) ganhos extraordinários não recorrentes, e (c) outras receitas operacionais que aumentem o Lucro Líquido e que não configurem entrada de Caixa.

Lucro Líquido: Com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anterior, o lucro líquido (ou prejuízo), excluídos (i) o lucro líquido (ou prejuízo) de qualquer entidade existente antes da data em que referida entidade tornou-se uma subsidiária da Fiadora ou tenha sido incorporada ou fundida à Fiadora ou às suas subsidiárias; (ii) ganhos ou perdas relativos à disposição de ativos da Fiadora ou de suas subsidiárias; (iii) o efeito acumulado de modificações aos princípios contábeis; (iv) quaisquer perdas resultantes da flutuação de taxas cambiais; (v) qualquer ganho ou perda realizado quando do término de qualquer plano de benefício de pensão de empregado; (vi) lucro líquido de operações descontinuadas; e (vii) o efeito fiscal de quaisquer dos itens descritos nas alíneas (i) a (vi) acima.

Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos: Com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anterior, o total de juros incidentes no montante da dívida a pagar em tal período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e aceite de financiamentos à medida que tais financiamentos constituam Dívida, incluindo as despesas de juros relacionadas a fundo e/ou plano de pensão.

- (x) cessão ou qualquer forma de transferência, no todo ou em parte, pela Companhia ou pela Fiadora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (xi) constituição de qualquer ônus sobre ativos relevantes da Companhia e/ou da Fiadora (exceto se para a prestação de garantias em processos

judiciais ou administrativos ou para garantir o cumprimento de contrato de compra de energia elétrica celebrados pela Companhia, bem como para constituição de garantia em contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES), considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

- (xii) redução do capital social da Companhia sob qualquer forma, exceto se (1) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (2) exclusivamente no caso de absorção de prejuízos acumulados;
- (xiii) cessão, promessa de cessão, venda ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, seja de forma gratuita ou onerosa, de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (xiv) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária, direta ou indireta envolvendo a Companhia, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas controladas, sendo estas entendidas como aquelas nas quais a Companhia e/ou a Fiadora detenha(m) participação direta superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social (“Controladas”), exceto: (1) se a operação tiver sido previamente aprovada Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (2) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;
- (xv) arresto, sequestro ou penhora de bens da Companhia, da Fiadora e/ou das suas respectivas Controladas, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, desde que (1) o referido arresto, sequestro ou penhora de bens não tenham os seus efeitos suspensos no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da sua realização, ou (2) as referidas restrições impeçam de forma definitiva a manutenção do curso ordinário dos negócios da Companhia, da Fiadora e/ou das suas respectivas Controladas;
- (xvi) se a Companhia e/ou a Fiadora ou seus administradores sofrerem condenação definitiva relacionada a qualquer procedimento administrativo ou judicial relacionado à prática de atos lesivos à administração pública, ao sistema financeiro nacional, crimes contra a

ordem tributária, lavagem de dinheiro, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, prostituição, nos termos da legislação aplicável;

- (xvii)** inclusão da Companhia ou da Fiadora em qualquer cadastro de proteção ao crédito, que não seja sanada ou declarada ilegítima no prazo de até 15 (quinze) dias, cujo valor, individual ou em conjunto, do fato que resultou em sua inclusão em referido cadastro de proteção ao crédito, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (xviii)** transferência, ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia ou pela Fiadora, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (xix)** o rebaixamento do rating da Companhia e/ou da Fiadora de 2 (dois) *notches*, pela Fitch Ratings, Moodys e/ou agência de classificação de risco distinta, em relação aos conceitos atribuídos na data de assinatura da Escritura de Emissão, quais sejam: (1) A- (bra), atribuído pela Fitch Ratings ou Baa2.br, atribuído pela Moodys, no caso da Companhia, ou conceito similar, em se tratando de agência de classificação de risco distinta; e/ou (2) A- (bra), atribuído pela Fitch Ratings ou Baa3.br, atribuído pela Moodys, no caso da Fiadora, ou conceito similar, em se tratando de agência de classificação de risco distinta;
- (xx)** inadimplemento, pela Companhia, Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas Controladas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de cura previstos nos respectivos contratos/instrumentos, caso aplicável;
- (xxi)** vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas Controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (xxii)** protesto de títulos contra (ainda que na condição de garantidora) a Companhia ou a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas Controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do respectivo protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que (1) foi cancelado ou suspenso por ordem judicial; (2) foram prestadas garantias aceitas pelo juízo competente; ou (3) foi validamente comprovado pela Companhia ou pela Fiadora perante o juízo competente que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; e
- (xxiii)** descumprimento, pela Companhia ou pela Fiadora, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso que resulte em uma obrigação de pagamento pela Companhia ou pela Fiadora envolvendo valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, contra a Companhia e/ou a Fiadora.

(cc) Demais Condições: todas as demais condições e regras específicas a respeito da Emissão deverão ser tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão;

(ii) aprovaram a delegação de poderes à Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, a tomar todas as providências e assinar todos os documentos necessários à formalização da Emissão e da Oferta Restrita, inclusive, mas não se limitando, à **(a)** contratação dos Coordenadores para a realização da Oferta Restrita, mediante a celebração de Contrato de Colocação; **(b)** contratação dos Prestadores de Serviço; **(c)** discussão, negociação, definição dos termos das Debêntures e da Emissão e celebração, pela Companhia, no âmbito da Emissão e da Oferta Restrita, da Escritura de Emissão, aditamento à Escritura de Emissão em caso de cancelamento do saldo de Debêntures não colocado no âmbito da Oferta Restrita e demais documentos necessários à Emissão e à Oferta Restrita; e **(d)** todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão, além da prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Restrita; e

(iii) ratificaram todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta Restrita.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata da reunião do Conselho de Administração da Light Energia S.A., realizada em 28 de outubro de 2016, às 16h30min, mediante conferência telefônica.

Paula Regina Novello Cury
Secretária da Reunião